



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 1002/2020-G4P

ASSUNTO: LICITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 20.827/2013

EMENTA: 1. CONCORRÊNCIAS DE PRÉ-QUALIFICAÇÕES INTERNACIONAIS Nº 1/2012 - ASCAL/PRES E Nº 2/2012 - ASCAL/PRES. COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP. EXECUÇÃO DE OBRAS DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA DRENAGEM PLUVIAL EM ÁREAS CRÍTICAS DO PLANO PILOTO. COMPONENTES DO PROGRAMA "ÁGUAS DO DF". DECISÃO Nº 4.769/2015. CONTINUIDADE DO CERTAME, COM DETERMINAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. DECISÃO Nº 1.261/2017. DETERMINAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. DECISÃO Nº 2.855/2017. ANÁLISE DE DILIGÊNCIA. DECISÃO Nº 3.100/2019. PRORROGAÇÃO DE PRAZO ÀS JURISDICIONADAS PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CORRETIVAS. INFORMAÇÕES APRESENTADAS. DECISÃO Nº 272/2020. DESCONTINUIDADE DOS CERTAMES. DETERMINAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DOS ATOS DE REVOGAÇÃO DAS CONCORRÊNCIAS. REVOGAÇÃO PARCIAL. DECLARAÇÃO DE INTERESSE EM DAR CONTINUIDADE AO LOTE 1 DA CONCORRÊNCIA Nº 2/2012. DECISÃO Nº 2.864/2020. NOVAS DETERMINAÇÕES.

2. UNIDADE TÉCNICA CONSIDERA O CUMPRIMENTO PARCIAL DAS DILIGÊNCIAS. **PROCEDÊNCIA** DE REPRESENTAÇÃO. NOVA DETERMINAÇÃO.

3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF, COM ACRÉSCIMO. PELA EMISSÃO DE ALERTAS.

1. Cuidam os autos do exame dos Editais de Concorrências de Pré-Qualificações Internacionais nºs 1/2012- ASCAL/PRES e 2/2012 - ASCAL/PRES, deflagrado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, com vistas à execução de obras de melhoria e ampliação da capacidade da drenagem pluvial em áreas críticas do Plano Piloto em Brasília - DF, componente do programa águas do DF.

2. Na última assentada, o Plenário, por meio da Decisão nº 2.864/2020 (Peça nº 197), assim deliberou:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 150/2020 - CACI/GAB (e-DOC 4C4850F0-c), encaminhado pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SO/DF; b) do Ofício nº 607/2020 - SODF/GAB/ASSESP (e-DOC BFA40A59-c), enviado pela Casa Civil do Distrito Federal - Caci/DF; c) dos avisos de revogação total da Concorrência de Pré-qualificação Internacional nº 001/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP e de revogação dos lotes 02 e 03, da Concorrência de



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

*PréQualificação Internacional nº 002/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP, publicados no DODF de 09.03.2020; d) da Informação nº 91/2020 – DIFLI (e-DOC 1DE88F5E-e); e) do Parecer nº 586/2020-G4P (e-DOC 0B18CD78-e); II - considerar parcialmente atendida a diligência constante do item III da Decisão nº 272/2020; **III - determinar à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SO/DF, à Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF e à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap que, no prazo de 30 (trinta) dias, de forma conjunta: a) informem a esta Corte o deslinde do procedimento informado por meio do Ofício nº 607/2020 - SODF/GAB/ASSESP, relativo ao lote 01 da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP, encaminhando cópia do parecer final/conclusivo elaborado pela Comissão Técnica designada pela Portaria Conjunta nº 03, de 17 de fevereiro de 2020, pactuada entre a SO/DF e a Novacap (publicada no DODF de 19.02.2020), prorrogada pelas Portarias Conjuntas nºs 04, de 20 de março de 2020 (publicada no DODF de 25.03.2020), e 07, de 27 de abril de 2020 (publicada no DODF de 29.04.2020); b) no caso de decidirem pela vantajosidade (técnica e econômica) de se efetivar a contratação do lote 01 da Concorrência de PréQualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP: 1) comprovem o atendimento integral das determinações constantes do item III da Decisão nº 2.669/2019, relacionadas ao lote em comento; 2) manifestem-se acerca das medidas elencadas nos alertas previstos no item IV (alíneas “a” e “b”) da Decisão nº 2.669/2019; IV - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF, para adoção das medidas cabíveis, com atenção para o deliberado no item “VI-c” da Decisão nº 2.669/2019, no caso de as jurisducionadas se posicionarem pelo prosseguimento do Lote 1 da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP.***” (Grifos acrescidos)

3. Em atendimento ao **Decisum**, a NOVACAP, por meio do processo de comunicação nº 00600-00004500/2020-02, apensado aos presentes autos (Peça nº 204), encaminhou documentos relativos ao cumprimento das medidas determinadas. Por sua vez, a Casa Civil do Distrito Federal – CACI, mediante processo de comunicação nº 00002-00003281/2020-58, também apensado aos presentes autos (Peça nº 205), encaminhou documentos complementares em atendimento à citada deliberação plenária. Ao seu turno, por meio do Despacho – SODF/GAB/ASSESP (Peça nº 2017), a Assessoria Especial da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SO/DF apresentou esclarecimentos para as medidas determinadas.

4. Nesta etapa processual, o Corpo Técnico, por meio da Informação nº 210/2020-DIFLI (Peça nº 209), informou que as diligências dispostas na Decisão nº 2.864/2020 restaram **parcialmente saneadas**, ficando pendente de cumprimento a determinação relativa à comprovação da **vantajosidade** de se efetivar, ou não, a contratação do Lote 1 da Concorrência Internacional nº 2/2012, conforme determinado no item III da Decisão nº 2.864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº 2.669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2.821/2018.

5. Abaixo, transcrevo as conclusões do Corpo Técnico em seu exame:

“CONCLUSÃO

74. Diante dos esclarecimentos apresentados e em verificação aos documentos constante nos autos administrativos, constatamos que a diligências dispostas na Decisão nº 2864/2020 restaram parcialmente saneadas, em razão da insuficiente



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

justificativa quanto à vantagem de se efetivar, ou não, a contratação do Lote 01 da Concorrência Internacional nº 002/2012, conforme determinado no item III da Decisão nº 2864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº 2669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2821/2018.

75. Nesse sentido, iremos sugerir que seja determinado à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e à Casa Civil do Distrito Federal – CACI que adote posicionamento conclusivo quanto à viabilidade técnica e econômica para o prosseguimento (ou não) da contratação dos serviços previstos para o Lote 01 da Concorrência Internacional nº 002/2012 – ASCAL/PRES, apresentando estudo técnico e econômico detalhado que justifique a decisão pretendida, em complemento às medidas já determinadas no item III da Decisão nº 2864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº 2669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2821/2018.

76. Em relação à Representação oferecida pela empresa WEG EMPREENDIMENTOS DE OBRAS CIVIS LTDA. conhecida pela Decisão nº 2855/2017, consideramos, no mérito, procedente a insurgência quanto ao Lote 01 da CC nº 002/2012, contudo sem oferecer medidas corretivas, uma vez que os esclarecimentos fornecidos pelas Jurisdicionadas são suficientes para o saneamento da impropriedade apresentada.

77. Por sua vez, a verificação de mérito quanto à insurgência relacionada à Concorrência Internacional nº 001/2012 e aos Lotes 02 e 03 da Concorrência Internacional nº 002/2012, revogados, restou prejudicada por perda do objeto.

6. Em consequência, propôs ao Plenário que:

I. tome conhecimento da cópia integral dos documentos encaminhados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap (e-doc A7B051D3-e, Peça 206), por meio do processo de comunicação nº 00600-00004500/2020-02, apensado aos presentes autos conforme noticiado no Termo de Apensação (e-doc 0838D29Ec, Peça 204), e da cópia integral dos documentos encaminhados pela Casa Civil do Distrito Federal – CACI (e-doc CC6C8905-e, Peça 207), por meio do processo de comunicação nº 00002-00003281/2020-58, apensado aos presentes autos conforme noticiado no Termo de Apensação (e-doc C025CF69-c, Peça 205), em atendimento à Decisão nº 2864/2020;

II. considere:

a) parcialmente saneadas as diligências dispostas na Decisão nº 2864/2020, em razão da insuficiente justificativa quanto à vantagem de se efetivar, ou não, a contratação do Lote 01 da Concorrência Internacional nº 002/2012, conforme determinado no item III da Decisão nº 2864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº 2669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2821/2018;

b) quanto à Representação oferecida pela empresa WEG EMPREENDIMENTOS DE OBRAS CIVIS LTDA., conhecida pela Decisão nº 2855/2017:

1) no mérito, procedente a insurgência quanto ao Lote 01 da Concorrência Internacional nº 002/2012, contudo sem oferecer medidas corretiva, em razão do saneamento da impropriedade;

2) prejudicada, por perda do objeto, a verificação de mérito da insurgência relacionada à Concorrência Internacional nº 001/2012 e aos Lotes 02 e 03 da Concorrência Internacional nº 002/2012 em decorrência de suas revogações;



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

III. determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e à Casa Civil do Distrito Federal – CACI que adotem posicionamento conclusivo quanto à viabilidade técnica e econômica para o prosseguimento (ou não) da contratação dos serviços previstos para o Lote 01 da Concorrência Internacional nº 002/2012 – ASCAL/PRES, apresentando estudo técnico e econômico detalhado que justifique a decisão pretendida, em complemento às medidas já determinadas no item III da Decisão nº 2864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº 2669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2821/2018;

IV. autorize:

- a) o envio de cópia do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida e da presente instrução à Novacap, à SODF e à CACI;*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada - SESPE para os devidos fins.*

7. Em cumprimento ao Despacho Singular nº 740/2020-GCIM (Peça nº 211), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para manifestação.

8. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

9. Para uma melhor compreensão, torna-se necessário relatar brevemente o ocorrido até o momento.

10. As licitações tratadas nos presentes autos são referentes à execução de obras de melhoria e ampliação da capacidade de drenagem pluvial em áreas críticas do DF. São elas:

- Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 1/2012-ASCAL/PRES: valor total – R\$ 131.035.801,97, dividida em 3 lotes – **Plano Piloto**;
- Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 2/2012-ASCAL/PRES: valor total – R\$ 159.322.529,90, dividida em 3 lotes – **Taguatinga**;

11. Ao longo do feito, em razão da necessidade de **atualização dos projetos** e de os consórcios vencedores **não demonstrarem condições de manutenção das exigências de habilitação**, os órgãos envolvidos informaram que seriam **revogadas** as licitações de Lotes 1, 2, e 3 da Concorrência Internacional nº 1/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP e de Lotes 1, 2 e 3 da Concorrência Internacional nº 2/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP.

12. O ato de revogação **total** da Concorrência Internacional nº 1/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP e **parcial** da Concorrência Internacional nº 2/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP foram publicados no DODF nº 45, de 9/3/2020. Para esta última, restou pendente a definição quanto ao Lote 1 do certame.

“EXTRATO DE DECISÃO DE 05 DE MARÇO DE 2020

*Processo: 0110-000184-2012. Interessados: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL - CONSÓRCIO GW/CD/CONESA/POLLO - CONSÓRCIO ÁGUAS DE TAGUATINGA - DETERMINO a **REVOGAÇÃO** da Concorrência Internacional nº 002/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP, que trata das obras de drenagem pluvial, divididas em 3*



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

lotes, no tocante aos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 em áreas críticas de Taguatinga – DF (DRENAR Taguatinga/Programa Águas do DF). LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA-Secretário de Estado.

EXTRATO DE DECISÃO DE 05 DE MARÇO DE 2020

Processo: 0110-000177-2012. Interessados: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL e CONSÓRCIO ÁGUAS DO DF - DETERMINO a REVOGAÇÃO da Concorrência Internacional nº 001/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP, que trata a licitação para as obras de drenagem pluvial, divididas em 3 lotes, na região do Plano Piloto-DF. LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA-Secretário de Estado.” (Grifos acrescidos)

13. Quanto ao lote 1 da Concorrência Internacional nº 2/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP, foi informado que a empresa até então vencedora da licitação apresentou pedido para que fosse reanalisada a viabilidade técnica de se efetivar a contratação das obras do mencionado lote.

14. Para tanto, a SO/DF designou comissão composta por profissionais especialistas em drenagem pluvial da SUPOP/SODF e da NOVACAP para que, em conjunto, analisassem novamente o processo para confirmar ou não a inviabilidade do projeto (Portaria Conjunta nº 3¹, de 17/2/2020, publicada no DODF de 19/2/2020, pactuada entre a SO/DF e a NOVACAP).

15. Sendo assim, diante desse novo cenário, qual seja, do interesse em dar continuidade ao procedimento licitatório atinente à Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 2/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP, vale lembrar que ao longo do autos o Plenário expediu diversas determinações às jurisdicionadas no caso de decidirem pela continuidade das licitações.

16. Feita essa breve contextualização, é mister consignar que, neste momento processual, a **questão** principal reside no cumprimento dessas determinações que se encontram consolidadas na Decisão nº 2.864/2020.

17. Em suma, para dar o efetivo atendimento, as jurisdicionadas envolvidas deveriam adotar as seguintes medidas:

- Informar o deslinde do procedimento informado por meio do Ofício nº 607/2020 - SODF/GAB/ASSESP (Peça nº 166), relativo ao Lote 01 da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP, encaminhando cópia do parecer final/conclusivo elaborado pela Comissão Técnica designada pela Portaria Conjunta nº 3, de 17/2/2020 (item III.a da Decisão nº 2.864/2020);
- no caso de decidirem pela vantajosidade (técnica e econômica) de se efetivar a contratação do lote 1 da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº

¹ Institui comissão para analisar a viabilidade técnica de se efetivar a contratação das obras do Lote 01 - Execução de Drenagem Pluvial das Sub-Bacias I a VII, - Programa Águas do DF, em Taguatinga - DF, nas Quadras QNA, QNB, QNC, QND, QNF, SC, QSA e QSB da Concorrência Internacional nº 002/2012-ASCAL/PRES, conforme discriminado no Ofício SEI 34824382 da Secretaria de Estado.



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

002/2012 – ASCAL/PRES/ NOVACAP (item III.b da Decisão nº 2.864/2020:

- 1) comprovar o atendimento integral das determinações constantes do item III da Decisão nº 2.669/2019, relacionadas ao lote em comento;
- 2) manifestar acerca das medidas elencadas nos alertas previstos no item IV (alíneas “a” e “b”) da Decisão nº 2.669/2019.

18. A análise feita pela Unidade Técnica apresenta os pontos principais da celeuma existente entre os documentos que instruem os autos, motivo pela qual este MPC/DF considera relevante transcrever os principais excertos da síntese feita pelo Corpo Técnico quanto aos esclarecimentos prestados pelas jurisdicionadas, seguida das correspondentes análises do Parquet.

Do item III.a da r. Decisão nº 2.864/2020.

III.a) informem a esta Corte o deslinde do procedimento informado por meio do Ofício nº 607/2020 - SODF/GAB/ASSESP, relativo ao lote 01 da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP, encaminhando cópia do parecer final/conclusivo elaborado pela Comissão Técnica designada pela Portaria Conjunta nº 03, de 17 de fevereiro de 2020, pactuada entre a SO/DF e a Novacap (publicada no DODF de 19.02.2020), prorrogada pelas Portarias Conjuntas nºs 04, de 20 de março de 2020 (publicada no DODF de 25.03.2020), e 07, de 27 de abril de 2020 (publicada no DODF de 29.04.2020)

19. Segundo noticiado pela Secretaria de Obras e Infraestrutura do DF – SO/DF (Peça nº 207, fls. 20/24), o resultado final dos trabalhos executados pela comissão composta para analisar a viabilidade do projeto apontaram que o mesmo deveria ser “***devidamente revisado e justificado, sendo que a boa prática de engenharia sugere pelo não aproveitamento do certame***, porém cabendo a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal definir a contratação ou não das obras”. (Grifos acrescidos)

20. Diante da relevância do estudo realizado pela Comissão, considero oportuno reproduzir seus principais pontos:

“3. CONSIDERAÇÕES

3.1. Considerando que as condições físicas das tubulações analisadas não caracterizavam a necessidade de substituição do sistema existente por nova tubulação, sem ao menos ser apresentado um estudo técnico ou apresentado justificativas com embasamentos;

3.2. Considerando que em grande parte da rede analisada pode-se observar a inoperância do sistema em mais de 50% de sua capacidade, devido à obstrução das redes, em sua maioria por lixo, o que ocasiona a ineficiência do sistema;

3.3. Considerando que mesmo não sendo da especialidade desta comissão, observou-se que na estimativa de preços não foi previsto a demolição e bota fora do material das redes existentes, como indicado em projeto (na época não era usual considerar estes serviços nas estimativas de preços);



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

3.4. Considerando que atualmente existe um novo Termo de Referência e Especificações para Elaboração de Projetos de Sistema de Drenagem Pluvial no Distrito Federal – Abril de 2019, onde a curva de chuva, o diâmetro mínimo das rede, a distância entre os poços de visita, o tempo de recorrência, estudos geotécnicos e as especificações e ensaios das lagoas estão diferentes em relação ao TR de 2008;

3.5. Considerando que na estimativa de preços não foi previsto a escavação em solo mole para os lançamentos e as lagoas;

3.6. Considerando que existe a Decisão número 272/2020 do TCDFT, onde determina a revogação das Concorrências: Internacionais n.o 1/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP e 2/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP;

3.7. Considerando a PORTARIA Nº 108 DE 09 DE JULHO DE 2019, citada na contextualização, que preconiza a revisão dos projetos em virtude do tempo decorrido entre sua elaboração e implantação a fim de atestar a atualidade e exequibilidade das obras;

3.8. Considerando a análise da SEPROJ em 26/09/2018, citada na contextualização, identificou divergências na metodologia orçamentária em relação aos critérios atuais e ajustes tributários.

4. RECOMENDAÇÕES

Alertamos que o projeto de drenagem pluvial das Sub-Bacias I a VII, - Programa Águas do DF, em Taguatinga - DF, nas Quadras QNA, QNB, QNC, QND, QNF, SC, QSA e QSB seja revisado. Elencamos as seguintes recomendações:

4.1. Fazer manutenção em todo sistema de drenagem com intuito de retirar todos os resíduos sólidos (solo, madeiras, sacos plásticos, papelões, pedras, resto de matéria e de construção, entre outros) que estão obstruindo a passagem do escoamento e a perfeita funcionalidade da rede. Todo sistema de drenagem necessita de manutenção periódica, tendo em vista o constante carreamento de resíduos sólidos para o interior das redes e dispositivos;

4.2. Elaboração de estudo com embasamento técnico referente a capacidade do sistema existente em drenar toda área correspondente. O estudo deverá apresentar todas as características do sistema que irão justificar a necessidade de um sistema complementar, ou não.

4.3. Em caso da necessidade de um sistema complementar, que foi baseado em um parecer técnico, este deverá apresentar como será implantado no que se refere a planimetria da área de projeto;

4.4. Caso a opção seja de demolição do sistema atual, com apresentado atualmente, somente será aceito tal intervenção em último caso, após eliminar todas as alternativas menos invasivas e onerosas, mediante estudos técnicos, relatórios fotográficos, justificativas plausíveis, etc;

4.5. Compatibilização dos projetos em pauta com os projetos referente ao Corredor Oeste – Contrato 013/2013 e com os equipamentos públicos executados, após a conclusão do projeto pela Extrema Construções Ltda. no Parque do Cortado;



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

4.6. Conferências da capacidade das bacias de retenção ou dispositivos do Taguaparque que recebem as contribuições da região de Taguatinga, vez que há relatos de transbordamento afetando áreas a montante.

5. CONCLUSÃO

Esta comissão baseado no exposto acima conclui que o projeto de drenagem pluvial das Sub-Bacias I a VII, - Programa Águas do DF, em Taguatinga - DF, nas Quadras QNA, QNB, QNC, QND, QNF, SC, QSA e QSB deverá ser revisto, pois como se encontra virá a gerar aditivos financeiros durante a execução das obras causando prejuízo ao erário público. Recomenda-se que o projeto esteja devidamente revisado e justificado, de acordo com as recomendações mencionadas.

A boa prática de engenharia preconizada pelos órgãos de controle nesse tipo de processo recomenda-se o não aproveitamento do certame, cabendo a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal definir, baseado no exposto acima, a contratação ou não das obras do Lote 01 - Execução de Drenagem Pluvial das Sub-Bacias I a VII, - Programa Águas do DF, em Taguatinga - DF (Grifos acrescidos)

21. Veja que, após tecer considerações e recomendações, a Comissão concluiu que o projeto de drenagem pluvial de Taguatinga - DF **deveria ser revisto**, pois “*como se encontra, virá a gerar aditivos financeiros durante a execução das obras causando prejuízo ao erário público. Recomenda-se que o projeto esteja devidamente revisado e justificado, de acordo com as recomendações mencionadas*”.

22. Buscando essa readequação, a SO/DF desenvolveu um novo **Termo de Referência** (fls. 41/69, Peça nº 207), no custo total de **R\$ 1.045.643,87**, que contempla a realidade atual para elaboração de projetos de drenagem pluvial para todas as obras do programa em Taguatinga.

23. Nesse sentido, na forma consignada pela Unidade Técnica, entendo **saneada** a medida determinada no item III.a da Decisão nº 2.864/2020, uma vez que foi informado a esta Corte o deslinde do procedimento anunciado por meio do Ofício nº 607/2020 - SODF/GAB/ASSESP.

Do item III.a da r. Decisão nº 2.821/2018.

“III.a) as conclusões finais acerca do teor da Decisão PL 3240/2016 do CONFEA, relativo à habilitação técnica das empresas participantes dos Consórcios a serem contratados”

Do item IV da Decisão nº 2.864/2020.

IV - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF, para adoção das medidas cabíveis, com atenção para o deliberado no item “VI-c” da Decisão nº 2.669/2019, no caso de as jurisdicionadas se posicionarem pelo prosseguimento do Lote 1 da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP

Do item VI-c da Decisão nº 2.669/2019.



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

VI – autorizar: [...]; c) a realização de inspeção na SO/DF, à Novacap e à Caci/DF, caso necessário, a fim de que a área instrutiva, com o apoio da Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – Difo/TCDF, na próxima etapa processual, seja capaz de examinar a habilitação técnica das empresas participantes dos consórcios vencedores dos certames, tendo em conta as adequações promovidas nas CATs em razão da Decisão PL3240/2016 – Confea, bem como o mérito da Representação de fls. 457/459, interposta pela empresa Weg Empreendimentos de Obras Civis Ltda. (admitida pelo Plenário por meio do item “I-b” da Decisão n.º 2.855/2017 e que resta pendente de análise, conforme item “II-c” da Decisão n.º 2.821/2018), independentemente do eventual encaminhamento de esclarecimentos pelas jurisdicionadas mencionadas.

24. As determinações acima transcritas estão relacionadas com a habilitação técnica das empresas até então participantes e vencedoras do certame, razão pela qual a análise de seu cumprimento será feita de forma conjunta.

25. Em suma, as diligências ora exaradas pela Corte visavam à regularização das Certidões de Acervo Técnico – CAT utilizadas pelos profissionais e pelas empresas participantes e posteriormente vencedoras da Concorrência.

26. Vale registrar que foi ofertada Representação pela entidade Weg Empreendimentos de Obras Civis Ltda. (Peça nº 52), ainda pendente de verificação quanto ao mérito, na qual foram levantadas possíveis irregularidades nas certidões emitidas.

27. Nessa esteira, conforme bem pontuado pela Unidade Técnica na Informação nº 210/2020-DIFLI, oportuno colacionar trecho da Decisão PL-3240/2016 do CONFEA, que reconheceu efetivamente que havia falhas nas CAT's apresentadas, mas que tais ocorrências poderiam ser saneadas pela própria Regional, no caso o CREA-DF:

“[...] Considerando que a CAT 704/2012, a CAT 999/2012 e a CAT 1098/2012 devem ser desmembradas em tantas CATs quantas forem necessárias, com numerações diferentes, de tal forma que cada CAT desmembrada seja referente a somente um profissional, conforme preconiza as disposições constantes dos artigos 49, 50, 51 e 52 da Resolução nº 1.025, de 2009, do Confea;

Considerando que as CATs resultantes dos desmembramentos da CAT 704/2012, da CAT 999/2012 e da CAT 1098/2012 devem conter somente as ARTs pertinentes ao único detentor de cada uma das novas CATs decorrentes do desmembramento;

Considerando que o campo dados das ARTs e o campo observações ou ressalvas, preconizados respectivamente pelos incisos II e III do art. 52 da Resolução nº 1.025, de 2009, do Confea, podem ser usados extensivamente pelo Regional para neles registrar todas as informações que se fizerem necessárias, entendendo-se que o campo dados das ARTs pode conter mais informações do que a mera especificação do nº da ART;

Considerando que os campos denominados observações ou ressalvas das novas CATs decorrentes dos desmembramentos da CAT 704/2012, da CAT 999/2012 e da CAT 1098/2012 devem conter o nome e a quantidade de cada um dos serviços que efetivamente tenham sido executados pelo único detentor de cada CAT decorrente dos desmembramentos;

Considerando que a soma das quantidades de determinado serviço executado pelos profissionais do quadro técnico da Basevi Construções S.A. adicionada à soma do



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

mesmo tipo de serviço executado pelos profissionais dos quadros técnicos das empresas subcontratadas pela Basevi Construções S.A. deve ser igual ou menor que o quantitativo do correspondente serviço discriminado no Atestado de Acervo Técnico do Contrato nº 533/2009 – NOVACAP, emitido em 16/5/2012, ou no Atestado de Acervo Técnico do Contrato nº 532/2009 – NOVACAP, de 11 de junho, de 2012, ambos em favor da Basevi Construções S.A.;

[...]

Considerando que apesar de a veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado, segundo o disposto no §1º do art. 64 da Resolução nº 1.025, de 2009, do Confea, ser de responsabilidade do emitente, essa disposição normativa não impede, entretanto, que o Regional adote todos os procedimentos visando esclarecer eventuais dúvidas referentes ao conteúdo do mencionado atestado conforme preconizam os §§ 2º e 3º do art. 63 da citada Resolução;

[...]

Considerando que há a possibilidade de o Crea-DF refazer os atos processuais visando sanar as inconsistências apontadas na 704/2012, na CAT 999/2012, na CAT 1483/2012 e na CAT 1098/2012;

[...]

DECIDIU, por unanimidade:

[...]

3) Solicitar que o Crea-DF, que proceda à adequação das CATS 704/2012, 999/2012, 1483/2012 e 1098/2012, visando adaptá-la às disposições da Resolução nº 1.025, de 2009, vigente à época.”

28. Compulsando os autos em apreço, verifico que a NOVACAP, conforme informado no Ofício nº 1.695/2020 – NOVACAP/PRES (fls. 76/79, Peça nº 206), informou que “as condições de habilitação técnica das empresas permaneceram inalteradas, tendo em vista que não houve modificações nos quantitativos das Certidões de Acervo Técnico – CAT após as adequações realizadas pelo CREA-DF”.

29. Neste ponto, em **consonância** com a Unidade Técnica, entendo que o esclarecimento fornecido pelas jurisdicionadas, são **suficientes** para o saneamento das medidas determinadas.

Do item III.b da r. Decisão nº 2.821/2018.

“b) a demonstração da vantajosidade de se efetivar (ou não) as aludidas contratações, tendo em vista o longo tempo decorrido após as licitações

30. Preliminarmente ao exame da diligência supra, vale reforçar o que já foi destacado por esta Quarta Procuradoria em Opinativo anterior², a respeito da importância de um planejamento adequado da contratação, ou seja, de um projeto básico/termo de referência bem elaborado e **atualizado**.

31. Sabe-se que o planejamento é a **gênese**, o pilar mestre da contratação pública. Ainda, é o documento que propicia à Administração **conhecimento pleno do objeto** que se quer adquirir, devendo fornecer aos interessados **as informações necessárias à elaboração de**

² Parecer nº 391/2019-G4P – Peça nº 121.



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

suas propostas, razão pela qual, um de seus objetivos é o **de caracterizar adequadamente o que se pretende contratar**, evitando que o adquirido não atenda ao que se ambiciona, com consequente gasto desnecessário de recursos públicos.

32. Nesse espeque, um projeto básico **deficiente, incompleto e/ou desatualizado** enseja variações na orçamentação dos custos previstos para o objeto e **possibilita distorções nas propostas de preços** apresentadas pelas proponentes/licitantes com a consequente **não obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração, além de gerar insegurança à contratação**. Demais disso, conforme bem pontuado pelo Corpo Técnico, possibilita **futuros aditivos contratuais que podem desvirtuar o objeto contratado e onerar desnecessariamente o Poder Público.**

33. A precedência do projeto básico/termo de referência completo está inclusive estampada no art. 7º, I, e § 2º, I, da Lei nº 8.666/1993³ como condição **sine qua non** à própria contratação, como não poderia deixar de ser.

34. Ademais, não se pode olvidar que os projetos básicos devem conter todos os elementos indicados no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993, **in litteris**:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;*
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;*
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;*
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;(...)”*

35. A desatualização do projeto básico pode acarretar um maior dispêndio por parte da Administração, vez que, diante de novas circunstâncias no íterim entre a elaboração do

³ O disposto no art. 7º se aplica também às hipóteses de dispensa e inexigibilidade, conforme preceitua o seu § 9º.



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

projeto original e a execução do objeto contratado, **as premissas e as metodologias inicialmente adotadas podem ter sofrido alterações.**

36. Convém repisar as oportunidades⁴ em que o Plenário deliberou no sentido de que a NOVACAP e outras jurisdicionadas confeccionassem os projetos básicos de acordo com o previsto no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/1993, já transcrito neste Opinativo.

Decisão nº 4.064/2014⁵

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Auditoria de fls. 220/279; b) dos documentos acostados às fls. 184/218; II – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP que, por intermédio das Diretorias de Edificações, Urbanização e Obras Especiais, adote as medidas necessária para: a) sanar as falhas apontadas nos procedimentos de elaboração/aprovação dos Projetos Básicos das obras sob sua responsabilidade, com a finalidade de evitar novas ocorrências, notadamente quanto aos seguintes aspectos: I – Levantamentos e estudos técnicos preliminares insuficientes ou inadequados; II – Projeto Básico desatualizado;”
(Grifos acrescidos)

Decisão nº 2.645/2015⁶

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da documentação encaminhada pelo DER/DF, por meio do Ofício n.º 753/2014 - DG (fl. 607) e anexos (fls. 608/651), em atenção ao item “d” da Decisão n.º 1.583/2014; b) da Informação n.º 07/2015 – NFO (fls. 653/666); c) do Parecer n.º 381/2015- CF (fls. 669/670); II – considerar atendida a alínea “d” da Decisão n.º 1.583/2014; III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que, doravante: a) ao elaborar os projetos dos pavimentos sob sua responsabilidade, realize o mapeamento das jazidas existentes, considerando as DMT desenvolvidas, bem como proponha áreas viáveis para exploração pelas empresas contratadas, exclusivamente para a execução de obras públicas sob sua jurisdição, com vistas a reduzir custos, motivadamente sob a ótica do interesse público, eficiência e economicidade; b) diante de um grande lapso temporal entre a elaboração do projeto e a licitação da obra, faça uma revisão no projeto básico de modo a reavaliar se as premissas inicialmente adotadas permanecem válidas frente ao novo cenário existente, observando o contido no art. 12 da Lei n.º 8.666/1993, mormente o aspecto da economicidade; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para fins de arquivamento.” (Grifos acrescidos)

37. Volvendo ao exame do cumprimento da diligência aqui tratada, vê-se que o longo tempo decorrido desde o deslinde do processo licitatório fez necessária a demonstração da vantajosidade de se efetivar ou não a aludida contratação, ante a

⁴ Decisões TCDF: nº 3642/2007; nº 3644/2007; nº3749/2007; nº 5292/2007; nº 6221/2008; nº 755/2009; nº 1113/2009; nº2752/2009; nº 8007/2009; nº 5659/2010; nº 2/2012 e nº 4997/2012.

⁵ Processo nº 1.429/2013: Auditoria Integrada, incluída no PGA de 2013, com o objetivo de avaliar a qualidade do processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

⁶ Processo nº 12.501/2012: Concorrência n.º 004/2012, lançada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, tendo por objeto a realização de obras de restauração da rodovia DF-180.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

possibilidade de o projeto básico inicialmente proposto estar **desatualizado** perante a real necessidade e adequação do objeto a ser contratado.

38. Este **Parquet** não considera razoável o tempo decorrido desde a elaboração do projeto até a fase atual, que precede a firmatura do contrato. Em que pese o longo lapso temporal entre a confecção do projeto básico e o procedimento licitatório **não configurar, por si só, uma irregularidade**, espera-se que um projeto mais recente retrate a necessidade e a condição atual do objeto e do serviço a ser contratado.

39. Especificamente em relação às obras do Lote 1 da Concorrência Internacional nº 2/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP, foi demonstrado que o deslinde dos trabalhos executados pela Comissão composta por profissionais especialistas em drenagem pluvial (Peça nº 207, fls. 20/24) evidenciou o **entrave** existente quanto ao **projeto desatualizado** e a necessidade de sua **modificação**. Ao final, conforme já exposto nesta Peça, a Comissão recomendou o **não aproveitamento** do atual certame.

40. Por outro lado, no Despacho - SODF/SUPOP (fls. 39/40, Peça 207), a SO/DF entendeu que a readequação dos projetos de drenagem a ser efetuada pelo Consórcio vencedor do certame seria mais vantajosa que a realização de um novo certame, conforme a seguir reproduzido:

“Trata-se de solicitação de Estudo de vantajosidade quanto a comparação entre a contratação de readequação de projetos ou a manutenção da contratação de empresa vencedora do certame cujo objeto inclui a readequação de projetos conforme relatado no Despacho - SODF/GAB/ASSESP (44190410).

*Na Carta da BASEVI Construções S/A (44155517), **empresa vencedora do Certame nº 002/2012**, na página 3, é apresentado o quadro com os valores do serviço "Readequação de Projetos de Drenagem Pluvial" cujo valor corrigido para jun/2020 totaliza R\$ 361.744,83 (trezentos e sessenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos).*

Sabendo que a equipe desta subsecretaria em parceria com a NOVACAP, fez as análises dos projetos no âmbito da PORTARIA CONJUNTA Nº 03, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020, que concluiu pela revisão dos referidos projetos. Esta subsecretaria elaborou o Termo de Referência (45356769) com as especificações observadas para uma nova contratação de projetos e seu respectivo orçamento (45356722).

De posse destes dados é possível comparar os custos para a manutenção do Contrato conforme solicitado na Carta e de uma futura contratação de projetos pela SODF:

READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL		
SUPOP/SODF	BASEVI	DIFERENÇA
R\$	R\$	R\$
1.045.643,87	361.744,83	683.899,04

*Comparando os valores apresentados é possível constatar que, s.m.j., **a manutenção da contratação vigente em relação aos valores de readequação de projetos, apresenta vantajosidade para a Administração Pública.***” (Grifos acrescidos)



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

41. Buscando sustentar a vantajosidade da continuidade do certame, a SO/DF comparou o valor (**R\$ 361.744,83**) fornecido pela empresa vencedora (Basevi Construções S/A) para a readequação do projeto com o valor (**R\$ 1.045.643,87**) de um eventual procedimento licitatório específico para a promoção de revisão/readequação dos projetos.

42. Do cotejamento desses montantes, chegou-se à conclusão de que “o *Consórcio vencedor do certame realize a revisão/readequação dos projetos a fim de verificar se o impacto nos custos provocados por eventuais ajustes ainda torne viável o aproveitamento do certame já licitado e vencido pela próprio Consórcio*”.

43. Nesse ínterim, oportuno o exame feito pela DIFLI, como segue:

*“47. De antemão, vislumbramos possível **quebra ao princípio da segregação de funções** na conclusão promovida pela Jurisdicionada, uma vez que o próprio Consórcio que venceu o certame promoveria a revisão/readequação dos projetos, o que poderia ensejar variações nos custos e, conseqüentemente, no preço ofertado no certame. Logo, para a execução do contrato necessariamente ocorreriam aditivos que impactariam nos preços e nos prazos. Ou, em uma outra ótica, a revisão dos projetos pode indicar que não haveria ajustes a serem efetuados, sob o pretexto de viabilizar a continuidade do processo de contratação nos moldes de atualização de preços já apresentados pela empresa líder do Consórcio, conforme quadro disposto junto ao § 30 desta instrução. Claro que não estamos afirmando tais situações irão acontecer, mas apenas ilustrando fatos que o princípio da segregação de funções visa mitigar.*

*48. Nesse sentido, o procedimento mais adequado seria que uma **entidade independente promovesse a revisão/readequação dos projetos**, para, então, as jurisdicionadas tomarem a decisão acerca do aproveitamento ou não do resultado do certame.” (Grifos acrescidos)*

44. Conforme bem exposto pela Unidade Técnica, chama a atenção deste **Parquet** o fato de a própria entidade vencedora do certame promover a revisão/adequação do projeto, o que representa clara ofensa ao **princípio da segregação de funções**.

45. Ora, não parece razoável que a entidade vencedora do certame seja responsável pela promoção da análise da readequação do projeto que irá indicar se o impacto nos custos provocados por eventuais ajustes ainda torna viável o aproveitamento do certame já licitado e vencido pela própria empresa.

46. Sabe-se que a principal importância do princípio da segregação de funções é obstar a ocorrência de irregularidades. É dizer, ao particionar atividades e funções dentro de um procedimento administrativo, a Administração Pública garante que o processo seja realizado dentro da legalidade e de forma a atender ao interesse e à finalidade pública, fato que não está sendo observado no presente caso.

47. Ademais, não há informações mais detalhadas capazes de assegurar se o preço apresentado pela empresa, de **R\$ 361.744,83**, contempla todos os serviços previstos na minuta do Termo de Referência fornecida pela SO/DF utilizada para balizar a readequação do projeto, no montante de **R\$ 1.045.643,87**. Senão, veja-se o quadro apresentado pela Basevi Construções



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

S/A no qual foi sugerido o preço para os serviços de readequação dos projetos (fl. 28, Peça nº 207):

READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL									
SUB-BACIA	COD.	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNT.	PROPOSTA	REAJUSTADO OUT. 2019-19,30%	PREÇO UNT. SINAPI JUN/2020	ATUALIZADO SINAPI JUN/2020
1	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	14,12	4.063,40	R\$ 57.387,84	R\$ 68.463,45	5.495,86	R\$ 77.618,36
2	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	12,78	4.063,40	R\$ 51.945,20	R\$ 61.970,82	5.495,86	R\$ 70.257,31
3	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	6,34	4.063,40	R\$ 25.776,71	R\$ 30.751,82	5.495,86	R\$ 34.863,71
4	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	17,40	4.063,40	R\$ 70.695,20	R\$ 84.339,37	5.495,86	R\$ 95.617,19
5	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	7,21	4.063,40	R\$ 29.313,45	R\$ 34.970,94	5.495,86	R\$ 39.647,24
6	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	7,35	4.063,40	R\$ 29.881,96	R\$ 35.649,18	5.495,86	R\$ 40.416,17
7	4768	READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE DRENAGEM PLUVIAL	R\$Km	0,80	4.063,40	R\$ 2.458,25	R\$ 2.932,69	5.495,86	R\$ 3.324,85
TOTAL:						R\$ 267.458,40	R\$ 319.077,87		R\$ 361.744,83

48. Nesse diapasão, considero salutar trazer trechos da profícua análise feita pelo Corpo Técnico:

“49. Outro ponto relevante que merece ser tratado refere-se à metodologia adotada para proceder a análise comparativa entre o aproveitamento de item específico da planilha de preços do Consórcio, “Readequação de projetos”, com o custo estimativo total da minuta do Termo de Referência.

50. Não há nos esclarecimentos apresentados informações se o preço apresentado pela empresa líder do Consórcio, Basevi Construções S/A, de R\$ 361.744,83, contempla todos os serviços previstos na minuta do Termo de Referência, de R\$ 1.045.643,87. Ou seja, há uma diferença significativa de valores que deveria ser mais bem esclarecida, uma vez que os valores do TR levaram em consideração os preços referenciais da Tabela de Engenharia Consultiva do DNIT, contemplando serviços como: “inspeções robotizadas na área de estudo e a complementação dos levantamentos de interferências; levantamento topográfico e cadastral e aerofotogramétrico, com uso de drones; e estudos geológicos e geotécnicos”, além das demais atividades sinteticamente listados na transcrição junto ao § 32 desta instrução.

51. Destacamos, ainda, as conclusões externadas no Relatório SEI-GDF n.º 2/2020 – SODE/ SUPOP/CEPIM, de autoria da Comissão Técnica constituída pela Portaria Conjunta n.º 03/2020, prorrogada pelas Portarias Conjuntas n.ºs 04 e 07/2020 (já tratado nos §§ 34 a 36 desta instrução), no sentido de que “o projeto de drenagem pluvial das Sub-Bacias I a VII, - Programa Águas do DF, em Taguatinga - DF, nas Quadras QNA, QNB, QNC, QND, QNF, SC, QSA e QSB deverá ser revisto, pois como se encontra virá a gerar aditivos financeiros durante a execução das obras causando prejuízo ao erário público”, e que “a boa prática de engenharia preconizada pelos órgãos de controle nesse tipo de processo recomenda-se o não aproveitamento do certame”

52. As conclusões do referido Relatório, associado às suas recomendações, dá um indicativo de que os projetos podem sofrer ajustes significativos, impactando, sobremaneira, no escopo original do projeto básico que balizou a elaboração das propostas para o certame. Tal fato ensejaria alteração do seu objeto, bem como nos custos da obra. Logo, confirmada a situação, inviabilizaria o aproveitamento da licitação, uma vez que se quebraria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao da isonomia e o da obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, esculpido no art. 3.º da Lei nº 8.666/93.



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

53. Dessa maneira, entendemos como insuficiente os esclarecimentos apresentados em relação ao item III.b da Decisão nº 2821/2018, que trata da demonstração, pelas Jurisdicionadas, da vantajosidade de se efetivar, ou não, a aludida contratação” (Grifos acrescidos)

49. Como se vê, **não há um detalhamento pormenorizado** dos elementos que compõem o valor fornecido pela Basevi Construções S/A relativo à readequação do projeto, de modo que é possível aferir, com **exatidão**, se os itens e custos que perfazem tal valor contemplam todos os itens previstos na minuta do Termo de Referência estabelecido pela SO/DF.

50. Por essa razão, este Órgão Ministerial vê com **ressalvas** a aglutinação promovida pela Basevi Construções S/A quanto aos serviços de readequação do projeto, o que demanda todas as **cautel**as necessárias a fim de se evitar maiores dispêndios por parte da Administração.

51. Diante das informações **imprecisas**, o MPC/DF opina para que, em **acréscimo** às sugestões ofertadas pela Unidade Técnica, seja emitido **alerta** às jurisdicionadas quanto aos elevados riscos de ser promovida a readequação do projeto no modelo fornecido pela Basevi Construções S/A, ante o evidente **conflito de interesse**, bem como diante das informações **imprecisas** a respeito do serviço de “*readequação de projetos fluviais*” apresentado pela sociedade empresária.

Do item III.c.1 da Decisão nº 2.821/2018.

“o estágio atual das diligências pendentes de cumprimento constantes das Decisões nºs 4.769/2015 e 4.770/2015 (exaradas, respectivamente, nos autos em exame e no Processo nº 8.746/2012), alusivas à: c.1. obtenção da renovação da Licença Prévia (LP) dos empreendimentos, sob pena de incorrerem na prática de crime contra o meio ambiente, consoante Resolução Conama nº 237/1997

52. Quanto ao ponto, a SO/DF esclareceu que fez “*constar as informações requeridas nos processos de licenciamento ambiental referentes às obras objeto da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES, como demonstrado no documento SEI 42379734: Taguatinga: Licença de Instalação nº 005/2020 Processo IBRAM: 00391-00009770/2019-43 Validade até: 6 (seis) anos – emitida em 24/06/2020*” (Peça nº 207, fl. 15).

53. Assim sendo, entendo que pode o Plenário acolher a sugestão encaminhada pelo Corpo Técnico no sentido de considerar **saneada** a medida determinada pelo Tribunal.

Do item III.b.2 da Decisão nº 2.669/2019.

“III – determinar à Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF, à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e à Secretaria de Estado Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SO/DF que, de forma conjunta, no prazo de 30 (trinta) dias: (...) b) caso o posicionamento seja pela continuidade dos certames: (...) 2. apresentem esclarecimentos conclusivos sobre as considerações e recomendações lançadas nos Pareceres Jurídicos SEI-GDF nºs 391/2018 - PGDF/GAB/PRCON e 36/2019 - PGDF/PGCONS, bem como as medidas que pretendem adotar em ambas as licitações”



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

54. O mencionado Parecer Jurídico SEI-GDF nº 391/2018 – PGDF/GAB/PRCON tratava da impossibilidade de alteração na composição de consórcios em fase preliminar à contratação de obra.

55. Quanto ao Parecer Jurídico SEI-GDF nº 36/2019 – PGDF/PGCONS, trata-se da manutenção das condições de habilitação como condição prévia para o encerramento das fases do processo licitatório.

56. Uma vez que o lote 1 da Concorrência Internacional nº 2/2012 já teve as fases do processo licitatório **concluídas**, entendo, em consonância com a Unidade Técnica, que tal diligência se encontra **superada**, devendo apenas ser exigida a manutenção das condições de habilitação para a contratação, caso se opte pela continuidade do certame.

Do item III.b.3 da Decisão nº 2.669/2019.

“III – determinar à Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF, à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e à Secretaria de Estado Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SO/DF que, de forma conjunta, no prazo de 30 (trinta) dias: (...) b) caso o posicionamento seja pela continuidade dos certames: (...) 3. prestem informações atualizadas acerca das medidas adotadas em razão do cancelamento da autorização prévia emitida pelo IPHAN para a realização das obras no Conjunto Urbano Tombado de Brasília;”

57. Para esse quesito, a SO/DF explicou que “*como já mencionado, as obras objeto da Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 001/2012 - ASCAL/PRES, que trata da execução de obras de drenagem pluvial na área Tombada de Brasília, ocorreu um entendimento entre a SODF em conjunto com a TERRACAP que estas obras serão de responsabilidade daquela empresa, que, temos notícias de já ter iniciado as tratativas com o IPHAN*” (Peça nº 207, fl. 16)

58. Dessa forma, no mesmo sentido que a diligência anteriormente analisada, a medida determinada encontra-se **superada**, haja vista a NOVACAP e a SODF não terem mais responsabilidade sobre a obra no Conjunto Urbano Tombado de Brasília.

Do item IV, alíneas “a” e “b” da Decisão nº 2.669/2019.

“IV – alertar as jurisdicionadas mencionadas no item III anterior de que, caso decidam pela continuidade dos certames em tela: a) eventual celebração dos contratos alusivos às Concorrências de Pré-Qualificação Internacionais nºs 001/2012 – ASCAL/PRES e 002/2012 – ASCAL/PRES está condicionada à ulterior deliberação desta Corte de Contas, conforme preconizado no item “IV-a” da Decisão n.º 2.821/2018; b) há a necessidade de obter anuência documentada do Ibram na hipótese de haver modificação do projeto do empreendimento, em conformidade com o art. 19 da Resolução Conama nº 237/1997, e que as obras de drenagem de Taguatinga restam pendentes de obtenção de licença de instalação;

59. Com relação aos itens aqui tratados, transcrevo abaixo o exame feito pela DIFLI:

“61. Com relação ao item IV, alínea “a”, da Decisão nº 2669/2019, as Jurisdicionadas confirmaram que somente efetuarão contratação das obras ou a readequação de



MPCDF

Fl.
Proc.: 20827/13

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

projetos dentro do possível contrato com a licitante vencedora após a ulterior deliberação do TCDF.

62. Para o item IV, alínea “b”, da Decisão nº 2669/2019, por sua vez, que, embora já tenha sido emitida a Licença de Instalação, com validade de 6 (seis) anos (conforme já analisado no § 54 desta instrução), a SODF explicou que após a readequação de projetos, providenciará o encaminhamento ao IBRAM e/ou a ADASA para verificação e eventual atualização.

63. Nesse sentido, consideramos suficientes os esclarecimentos apresentados para os itens IV.a e IV.b da Decisão nº 2669/2019.” (Grifos acrescidos)

60. Ainda que as jurisdicionadas tenham confirmado que somente efetuarão a contratação das obras ou a readequação de projetos dentro de eventual contrato com o licitante vencedor após a **ulterior deliberação do TCDF**, entendo **prudente** que tal alerta deva ser **expressamente** mantido na decisão que vier a ser proferida pelo Plenário.

Conclusões

61. Do exame pormenorizado de todas as diligências aqui tratadas, verifica-se que restou pendente de cumprimento a justificativa quanto à efetiva vantajosidade de se proceder ou não à contratação do Lote 1 da Concorrência Internacional nº 2/2012, conforme determinado no item III da Decisão nº 2.864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº .2669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2.821/2018.

62. Conforme exposto neste Opinitivo, os posicionamentos distintos das jurisdicionadas e das entidades envolvidas tornam a avaliação quanto ao tema ainda mais complexa.

63. Não obstante a conclusão lançada no Relatório Final da Comissão Técnica, no sentido de haver a necessidade de realização de um novo processo licitatório, a NOVACAP alegou que a continuidade do certame, desde que consideradas as mesmas condições apresentadas à época do procedimento licitatório, mesmo que atualizado os valores, seria mais vantajosa que efetuar uma nova licitação.

64. No entanto, há que se considerar que, desde a realização dos orçamentos até a atualidade, ocorreram mudanças normativas e técnicas que impactaram diretamente na formatação dos orçamentos, não sendo possível afirmar que perduraria tal vantajosidade, fato que corrobora para a necessidade de readequação do projeto. Neste ponto, vale registrar que os projetos foram elaborados em **2008** e que os editais de licitação foram publicados em **2012**.

65. Fato é que, até o momento, não foi apresentado um projeto efetivamente readequado, não sendo possível afirmar, com razoável segurança, se seria economicamente mais vantajosa a continuidade e a contratação do Lote 1 da Concorrência nº 2/2012.

66. Muito embora existirem indícios que apontam no sentido de ser mais vantajoso o prosseguimento da licitação, os elementos que compõem os autos e as planilhas encaminhadas pelas jurisdicionadas e pela empresa até então vencedora da licitação não são suficientes para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

auferir uma comparação **precisa** entre a execução das obras readequadas contidas na licitação já existente ou em um novo certame licitatório.

67. Nesse contexto, aos olhos do MPC/DF, os autos carecem de uma **análise financeira acurada que demonstre a efetiva viabilidade e vantajosidade da readequação dos projetos ante a possível contratação por meio da licitação existente**. Somente após a concreta readequação dos projetos é que será possível avaliar a factual vantajosidade da execução das obras, podendo ser definido, ao final, a continuação da contratação ou a execução de nova licitação.

68. Sendo assim, em linha convergente com o sugerido pela Unidade Técnica, o **Parquet** entende oportuno que seja determinado à NOVACAP, SO/DF e à Casa Civil do Distrito Federal que adotem posicionamento **conclusivo quanto à viabilidade técnica e econômica para o prosseguimento (ou não) da contratação dos serviços previstos para o Lote 1 da Concorrência Internacional nº 2/2012 – ASCAL/PRES**, apresentando **estudo técnico e econômico detalhado que justifique a decisão pretendida**, em complemento às medidas já determinadas no item III da Decisão nº 2864/2020, c/c item III.b.1 da Decisão nº 2669/2019, c/c o item III.b da Decisão nº 2821/2018.

69. Ante o exposto, este Ministério Público de Contas **acompanha** as sugestões emanadas da Unidade Técnica, razão pela qual propõe ao Plenário que acolha **in totum** as sugestões contidas na Informação nº 210/2020-DIFLI (Peça nº 209), com os seguintes **acréscimos** para que o Plenário:

“**Alerte** à NOVACAP, à SO/DF e à Casa Civil do Distrito Federal para os seguintes pontos:

a) eventual celebração do contrato alusivo à Concorrências de Pré-Qualificação Internacionais nº 2/2012 – ASCAL/PRES está condicionada à ulterior deliberação desta Corte de Contas;

b) os elevados riscos de promoverem a readequação do projeto no modelo fornecido pela Basevi Construções S/A, ante o evidente conflito de interesse, bem como diante das informações imprecisas a respeito do serviço de “*readequação de projetos fluviais*” apresentado pela sociedade empresária.”

É o Parecer.

Brasília, 3 de dezembro de 2020.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador em substituição